



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE MANGUEIRINHA  
VARA CÍVEL DE MANGUEIRINHA - PROJUDI**

**Rua D. Pedro II, 1033 - Centro - Manguairinha/PR - CEP: 85.540-000 - Fone:  
(46)3905-6320 - E-mail: mgue-ju-eccrda@tjpr.jus.br**

**Autos nº. 0001594-23.2022.8.16.0110**

Processo: 0001594-23.2022.8.16.0110

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$19.625.590,86

Autor(s):

- ANGELO CALGARO
- ANGELO CALGARO
- ANGELO CALGARO PECUÁRIA
- JIANCARLO CALGARO
- JIANCARLO CALGARO AGROPECUÁRIA
- JOTA AGROPECUÁRIA LTDA
- ORETE MARIA CALGARO
- ORETE MARIA CALGARO AGROPECUÁRIA

Réu(s): • VARA CÍVEL DE MANGUEIRINHA

1. Recebo as petições de mov. 21.1 a 21.7 e mov. 25.1 a 25.2 como emendas à inicial.

2. Habilite-se neste feito a empresa CREDICOAMO CRÉDITO RURAL COOPERATIVA, na qualidade de terceira interessada, conforme requerido na petição de mov. 27.1.

3. Tratam-se os autos de pedido de recuperação judicial formulado por **ANGELO CALGARO, ANGELO CALGARO PECUÁRIA, JIANCARLO CALGARO, JIANCARLO CALGARO AGROPECUÁRIA, JOTA AGROPECUÁRIA LTDA, ORETE MARIA CALGARO e ORETE MARIA CALGARO AGROPECUÁRIA.**

Na petição inicial narram, em apertada síntese, que:

a) são membros da mesma família e que constituem um grupo familiar empresarial de fato, com comunhão de interesses econômicos, identidade parcial do quadro societário e oferecimento de garantias cruzadas;

b) exercem atividade econômica na área da agricultura, pecuária e transporte de queijos e derivados, mas que desde o ano de 2016 estão passando por crise econômico-financeira causada por diferentes intercorrências na atividade desenvolvida, porém possuem viabilidade financeira e operacional para a superação;

c) não será possível prosseguir no desenvolvimento de suas atividades sem os benefícios previstos na Lei n.º 11.101/2005.

Com base em tais argumentos pleiteiam, em sede liminar, a concessão da tutela de urgência para que sejam suspensas todas as ações e execuções movidas em seu desfavor, e que seja garantida a posse dos veículos identificados na inicial, objetos de alienação fiduciária, essenciais à atividade desenvolvida e indispensáveis à recuperação (mov. 1.1).

A petição inicial veio instruída com documentos (mov. 1.2 a 13.1).

No mov. 9.1 foi proferido despacho determinado a emenda à inicial, o que foi cumprido nos movs. 13.1 a 13.13 e 15.1 a 15.4.



A tutela de urgência cautelar requerida foi deferida, para determinar a suspensão de todas as ações e execuções movidas em face das recuperandas, e a manutenção da posse dos veículos identificados na inicial, bem como houve determinação de realização de perícia prévia (mov. 17.1).

A empresa M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, nomeada como perita, apresentou o relatório de perícia prévia em mov. 23.

A parte autora atravessou petição pugnado pela retificação da relação de credores (mov. 25.1 e 25.2).

A empresa CREDICOAMO CRÉDITO RURAL COOPERATIVA peticionou pugnando por sua habilitação nos autos (mov. 27.1).

Vieram-me os autos conclusos para decisão.

É o que importa relatar. Decido.

**3.1.** Os documentos juntados aos autos comprovam que todas as recuperandas preenchem os requisitos legais para requerer a recuperação judicial, conforme art. 48 da Lei nº 11.101/05. A petição inicial foi suficientemente instruída, nos termos exigidos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/05. A análise prévia efetuada pela empresa nomeada revela que os requisitos legais foram preenchidos. Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei 11.101/2005), verificando-se a possibilidade de superação da “crise econômico-financeira” do grupo.

#### **4. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL**

No caso em tela, necessária a discussão e análise do tema relacionado à possibilidade, ou não, do empresário produtor rural requerer a recuperação judicial. A questão gira em torno de dois pontos principais: (i) natureza jurídica do registro na Junta Comercial, se declaratória ou constitutiva; (ii) comprovação do exercício da atividade rural há mais de dois anos, e se é necessário, ou não, já estar registrado perante a Junta Comercial.

O Código Civil de 2002, em seu art. 966, estabelece que o empresário é “quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. E, como regra geral, é obrigatória a inscrição do empresário na Junta Comercial antes do início de sua atividade, nos termos do art. 967 do mesmo codex. Todavia, para o produtor rural, o legislador decidiu prever situação favorecida, diferenciada e simplificada (art. 970), ao estabelecer que a inscrição deste tipo de empresário é facultativa, de modo que, caso venha a requerer a inscrição, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro, conforme se verifica pela leitura do art. 971:

*O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.*

A Lei nº 11.101/05 “disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor”, nos termos do art. 1º. O aplicador do direito deve, então, realizar interpretação sistemática dessa norma conjuntamente com o art. 966 citado acima, com o intuito de verificar quem pode, dentro de nosso ordenamento jurídico pátrio, pleitear a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência.



Logo em seguida, a Lei de Recuperação de Empresas e Falência (LRF), no art. 2º, exclui do seu âmbito de aplicação as empresas públicas, sociedades de economia mista, instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios, entidades de previdência complementar, operadoras de planos de saúde, seguradoras, sociedades de capitalização e outras a elas equiparadas.

Neste diapasão, ressalvadas as exceções acima listadas, as normas e institutos previstos na LRF serão aplicados para qualquer pessoa que tenha a qualidade de empresário.

É importante destacar que o art. 48, caput, da LRF, estabelece que somente “poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos”.

Surge, então, a discussão sobre a regularidade do exercício da atividade (empresarial) do produtor rural.

É certo que parcela da doutrina e jurisprudência[ 1] defende a tese de que o registro na Junta Comercial deve ser efetuado dois anos antes do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, ao argumento que somente após esta inscrição o produtor rural alcança a condição de empresário. Sob esse prisma, o registro tem natureza constitutiva, com efeitos *ex nunc*.

Segundo esta corrente, o Código Civil de 2002 tornou facultativo o registro. O produtor rural, portanto, poderá escolher entre promover o registro ou não. Esta escolha, entretanto, afetará diretamente o seu regime jurídico, pois, promovido o registro, estará inserido no regime jurídico empresarial (abrangido pela Lei nº 11.101/05), caso contrário, estará sujeito ao regime jurídico civil. [ 2]

Contudo, *data venia*, reputo que a posição acima não está em consonância com a interpretação teleológica e sistemática que deve ser feita quanto ao tema.

Conforme já explicitado, para o produtor rural – especialmente pela redação do art. 970 – seu registro é facultativo, mas a ausência do registro não desvirtua todas as características do negócio, posto que está exercendo profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens, conforme determina o art. 966. Assim, mesmo que sem o registro, o produtor rural pode exercer regularmente suas atividades, sendo que “o que a lei exige no referido artigo 48 é o exercício de dois anos de regular atividade, e não dois anos de inscrição na Junta Comercial”[ 3].

Sobre o tema, o professor Manoel Justino Bezerra Filho explica o porquê da confusão:

*Este óbice surgiu porque houve uma certa confusão com a lei anterior, o Decreto-Lei nº 7.661/1945, que exigia, em seu artigo 158, a prova de “exercer regularmente o comércio há mais de dois anos”, enquanto a lei atual exige “exercer regularmente suas atividades”. O produtor rural não inscrito na Junta, por óbvio, exerce regularmente suas atividades e pode pedir recuperação com inscrição inferior a dois anos. Neste sentido: AI 2.037.064-59. 2013.8.26.0000 - TJ-SP; AI - CV nº 1.0000.17.026108-5/001 - TJ-MG; AI 2.048.349-10.2017.8. 26.0000 - TJ-SP; AI 2.251.128-51.2017.8.26.0000 - TJ-SP; AREsp 896.041 - STJ - (decisão monocrática do Min. Marco Aurélio Bellizze) - j. em 12.5.2016; REsp 1.478.001 - STJ - Rel. Min. Raul Araújo; REsp 1.193.115-MT- Rel. Min. Sidnei Beneti - (este julgado não exige o exercício por dois anos após a inscrição, exige apenas que a inscrição seja anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação).[4]*



A inscrição no Registro Público, neste contexto, é necessária para que o empresário rural possa seja equiparado ao empresário sujeito a registro, permitindo a ele requerer a recuperação judicial e a falência, por exemplo. Mas, a ausência da inscrição não acarreta, por si só e de modo algum, em irregularidade do exercício das atividades.

A jurisprudência pátria[ 5] vem caminhando no sentido de que o exercício da atividade há mais de dois anos e a existência do registro, independente da data em que foi efetuado, possibilitam ao produtor rural requerer a recuperação judicial, conforme decisões a seguir, dos Egrégios Tribunais de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Estado do Paraná, respectivamente, salientando que a última decisão não é definitiva, tendo sido proferida em sede liminar:

*DIREITO EMPRESARIAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PREENCHIMENTO DOS ART. 48 E 51 DA LEI Nº 11.101/2005. ALTERAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO. RECURSO DESPROVIDO. - A Lei nº 11.101/2005, que disciplina o processo falimentar e de recuperação judicial, não estabelece um prazo de carência para que a sociedade empresária possa postular a recuperação judicial. - Hipótese na qual a modificação da natureza societária da pessoa jurídica de direito privado – de sociedade simples para empresária – ocorrida dias antes do pedido de recuperação judicial não traduz conduta abusiva e que impeça a aplicação da Lei nº 11.101/2005. (AI 0261085-73.2017.8.13.0000, Rel. Alberto Vilas Boas, 1ª C. Cível, J. 14.11.17) O art. 48 da Lei nº 11.101/2005 exige que o devedor, no momento do pedido de Recuperação Judicial, exerça regularmente as suas atividades há mais de 2 (dois)anos, no entanto, nada dispõe sobre a necessidade de registro na Junta Comercial por igual período. No presente caso, nota-se que os agravados exercem a atividade de produtores rurais há mais de 30 (trinta)anos, ainda que sem registro na Junta Comercial (mov. 1.12 e 1.13). Portanto, em que pese os agravados terem procedido as suas inscrições na Junta Comercial do Estado do Paraná poucos dias antes do ajuizamento da Recuperação Judicial, considerando que os agravados exerciam as suas atividades há mais de 2 (dois) anos, não há óbice para processamento da Recuperação Judicial". (TJPR. Decisão liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0001247-34.2019.8.16.0000; Rel. Des. Ramon de Medeiros Nogueira; 1ª Câmara Cível; J: 25/1/2019).*

Cumpre destacar também, dentro desta discussão, que os créditos constituídos pelos produtores rurais, mesmo antes da inscrição, estarão abarcados pela recuperação judicial, haja vista a impossibilidade de os credores virem a alegar desconhecimento das leis, porque o art. 971 do CC/02 previu situação excepcional e nova para o produtor rural. Ou seja, a norma é clara ao lhe permitir, em qualquer momento, a possibilidade de efetuar a inscrição perante a Junta Comercial, tornando-se um empresário equiparado.

Isto evidencia, ainda mais, a natureza declaratória do registro.

Trago à colação, ainda, trecho importante do voto da Ministra Nancy Andrighi, no julgamento do REsp nº 1.193.115/MT, que destaca o dever de analisar as finalidades da Lei nº 11.101/05:

*Ao lidar com a matéria, deve-se atentar, igualmente, à necessidade imposta pelo art. 970 do CC de se dispensar, no que concerne ao registro e seus efeitos, tratamento diferenciado e simplificado ao empresário rural, de modo a facilitar a continuidade e a manutenção de suas atividades. Por derradeiro, é imprescindível reconhecer que o foco do aplicador do Direito, no que se refere à questão discutida, deve estar voltado ao atendimento precípua das finalidades a que se destina a Lei 11.101/05. Os princípios que*



*orientaram a elaboração e que devem direcionar a interpretação e a aplicação dessa lei objetivam garantir, antes de tudo, o atendimento dos escopos maiores do instituto da recuperação de empresas, tais como a manutenção do ente no sistema de produção e circulação de bens e serviços, o resguardo do direito dos credores e a preservação das relações de trabalho envolvidas, direta ou indiretamente na atividade. É o que se deduz do texto expresso da norma constante no art. 47 da LFRE.*

Ultrapassado esse ponto do tema, qual seja, a possibilidade de o produtor rural requerer recuperação judicial, desde que tenha comprovado o exercício da atividade por mais de dois anos e tenha o registro na Junta Comercial, passo a análise do caso concreto.

Ao compulsar os autos, verifica-se que os produtores rurais lograram êxito em comprovar o cadastro nacional da pessoa jurídica e o requerimento de empresário formulado junto a Junta Comercial (movs. 13.6, 13.8, 13.10).

Ademais, consta ainda prova do exercício da atividade rural no biênio exigido pela lei de regência (Livro Caixa Digital do Produtor Rural – mov. 1.6, Mov. 1.7, Mov. 1.8 e mov. 1.9; Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – mov. 1.6, Mov. 1.7, Mov. 1.8 e mov. 1.9; e Balanço Patrimonial – mov. 21.2 e mov. 21.3).

Assim, demonstrado o exercício regular da atividade por mais de dois anos, bem como o registro perante a Junta, os produtores rurais indicados na exordial, devem ser admitidos a pleitear a recuperação.

Por fim, importa salientar que o patrimônio pessoal dos produtores, na qualidade de empresários individuais, se confunde com o de seus empreendimentos.

## **5. LITISCONSÓRCIO ATIVO E CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL**

A Lei nº 11.101/05 não prevê especificamente a hipótese de pedido de recuperação judicial formulado por empresas em litisconsórcio ativo sob o fundamento de que integram o mesmo grupo econômico.

Todavia, em razão da lacuna legislativa, a própria lei falimentar indicou a solução no art. 189, permitindo aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Destarte, cabível a pluralidade de sujeitos no polo ativo da demanda, nos termos do art. 113 do CPC.

Desta maneira, uma vez reconhecida a existência do grupo empresário formado pelas empresas autoras, para que o processamento do pedido de recuperação judicial seja deferido, aceitando-se a formação do litisconsórcio ativo, devem ser observados não apenas os requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da LRE, mas também aqueles constantes do artigo 113 do CPC.

Sob esse prisma, é preciso diferenciar duas situações, que devem ser analisadas pelo magistrado, para que as decisões sejam tomadas de maneira correta e condizente com a realidade, a fim de possibilitar o sucesso da recuperação judicial.

A primeira situação se relaciona com o grupo de fato, cujas sociedades possuem participação relevante entre si ou de controle, mas a personalidade jurídica de cada um dos integrantes é preservada e cada qual se orienta preservando sua autonomia e tutela de seu interesse social. Neste caso, a relação jurídica entre a empresa integrante do grupo e o credor é estabelecida de maneira individual, posto que a autonomia da personalidade perante as sociedades do mesmo grupo garante que o credor possa aferir os riscos da contratação diretamente com base no capital social da contraparte, bem como assegura que eventual situação de crise de outra pessoa jurídica integrante do grupo não contaminará as demais, eventualmente em situação financeira sadia.



Diante dessa autonomia entre as empresas pertencentes ao mesmo grupo, tornar-se-ia inviável a elaboração de um único plano de recuperação judicial para englobar todas as dívidas, já que cada credor analisou individualmente os riscos dos negócios jurídicos firmados com cada sociedade, não podendo ser igualados esses riscos. Trata-se, então, de uma consolidação processual[ 6]. O litisconsórcio ativo de diversas personalidades jurídicas num único feito, neste caso, é apenas medida de economia processual, mas não imprescindível.

Situação diversa ocorre quando, no interior do grupo, as diversas personalidades jurídicas não são preservadas como centros de interesses autônomos. Nessa hipótese, há confusão patrimonial em sua atuação conjunta e as diversas pessoas jurídicas do grupo exercem “suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial” (STJ, ROMS 14168/SP, rel. Min. Nancy Andrighi).

Nesse segundo cenário, como há confusão entre as personalidades jurídicas das empresas e a reestruturação de um dos integrantes depende da reestruturação dos demais, é de se admitir a consolidação substancial, que é realizada quando os direitos e obrigações dos devedores são, para fins da recuperação judicial, aglutinados/consolidados, como se tais devedores, ainda que detentores de personalidades jurídicas autônomas, se unificassem em uma só massa patrimonial.

A respeito do tema, essas são as lições de Fábio Ulhoa Coelho:

*Assim sendo, admite-se a consolidação dos planos quando a superação da crise das recuperandas depende de ações coordenadas. Em outros termos, se a superação da crise de cada um dos litisconsortes está condicionada à superação da crise dos demais, o instituto da recuperação judicial é dotado de suficiente flexibilidade para comportar a consolidação. Neste cenário de interdependência, a propósito, a recuperação judicial somente alcançaria o seu objetivo com a consolidação. Em suma, no litisconsórcio ativo em recuperação judicial, admite-se a consolidação do plano de recuperação sempre que, em razão das especificidades do caso, a superação da crise das empresas recuperandas for mais facilmente alcançada por meios coordenados. [7]*

Noutras palavras, a consolidação substancial implica na apresentação de plano unitário e do tratamento igualitário entre os credores componentes de cada classe, ainda que de diferentes pessoas jurídicas integrantes do grupo. Por consequência, a votação do referido plano será feita em único conclave de credores.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo possui decisões reconhecendo a possibilidade do processamento da recuperação judicial de grupo empresarial em consolidação substancial, conforme a ementa a seguir:

*RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Litisconsórcio ativo. Decisão que determina o processamento conjunto, em consolidação substancial, das recuperações de três empresas que integram grupo econômico (Grupo SINA). Manutenção. Insurgência ao argumento de que seria necessária a individualização dos Planos, a ser votados exclusivamente pelos credores de cada devedora. Discussão sobre a elaboração de Plano único, a ser votado em Assembleia conjunta. Possibilidade, desde que as empresas integrantes do grupo econômico assumam a roupagem de um grande bloco, com potencial de transmitir a terceiros a impressão de que se trata de um todo unitário. Precedentes das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial desta Corte. Empresa FAS aderiu à moratória, após deliberação tomada em Assembleia Geral de Credores de SINA INDÚSTRIA e SINA COMÉRCIO. Recuperação da empresa FAS é mera decorrência de deliberação da comunidade de credores, os quais reconheceram*



*inequivocamente a existência de grupo econômico, e disso decorre a possibilidade de as devedoras apresentarem Plano único. Eventual abuso de direito, ou manipulação de votos, pode levar à elaboração de planos distintos e de Assembleias separadas. Distorções de créditos individuais podem ser apreciadas e corrigidas, mediante análise do caso concreto, e não de modo hipotético. Recurso desprovido. (TJSP, Agravo de Instrumento 2248169-44.2016.8.26.0000, Rel. Francisco Loureiro, 1ª C. Reservada de Direito Empresarial, J. 31.05.17, Dje 01.06.17).*

Ao analisar o caso concreto, então, o julgador deve verificar se cabe a consolidação substancial. Conforme consta da perícia prévia (mov. 23.3), diante da ausência legislativa sobre o instituto, a jurisprudência pátria vem apontando os seguintes elementos para sua aplicação: a existência de (i) grupo de fato; (ii) caixa único; (iii) empréstimos entre partes relacionadas; (iv) administração comum e centralizada, além da (v) aparência, perante terceiros, de que as sociedades são um todo unitário.

*In casu*, sobre os elementos supracitados, o Perito apresentou a conclusão a seguir (mov. 23.2, fls. 84 e 85):

*No caso em apreço, verifica-se que os produtores rurais possuem todas as condições autorizadoras previstas pelo art. 69-J da LREF, para caracterização da consolidação substancial, uma vez que, conforme mencionado na exordial, os produtores são integrantes do mesmo seio familiar e proprietários em comum dos imóveis objetos de exploração rural. Ademais, conforme inspeção física realizada por este Perito, percebe-se a atuação conjunta do grupo no mercado.*

*Outrossim, destaca-se as garantias cruzadas em instrumentos contratuais, conforme elucidado pelos Requerentes:*

Contratos bancários com garantias cruzadas, art. 69-J, I, LRF			
CREDOR	DEVEDOR	CONTRATO	GARANTIA
Sicoob Integrado	Angelo Calgaro	CCB 630897	Aval de Orete Calgaro
Cresol União	Jota Agropecuária	CCB 5001005-2020.008100-3	Aval de Angelo Calgaro
Cresol União	Jota Agropecuária	CCB 5001005-2022.002639-2	Aval de Angelo Calgaro, Orete Calgaro, Jiancarlo Calgaro
Cresol União	Angelo Calgaro	CCB 5001005-2021.009514-2	Aval de Jiancarlo Calgaro, Orete Calgaro
Banco do Brasil	Jiancarlo Calgaro	CCB 40/08403-5	Aval de Angelo Calgaro

*Destarte, em relação a sociedade empresária Jota Agropecuária LTDA – CNPJ nº 35.662.786/0001-97, em análise da composição de seu quadro societário, restou constatado que há identidade com os demais integrantes do Grupo Econômico, a saber:*

CNPJ:	35.662.786/0001-97
NOME EMPRESARIAL:	JOTA AGROPECUARIA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$1.570.000,00 (Hum milhão, quinhentos e setenta mil reais)
O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:	
Nome/Nome Empresarial:	ANGELO CALGARO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	JIANCARLO CALGARO
Qualificação:	22-Sócio

*Ainda, conforme informado pelo empresário na visita in loco nas propriedades rurais, existe a mesma estrutura organizacional, administrativa e contábil, sendo que os negócios são uma só unidade, e inevitavelmente é possível perceber claramente que a crise acometida por um empresário afeta o outro.*

*Nestes termos, veja-se que, os requisitos da consolidação substancial restaram configurados entre todos os Requerentes, isto é, fora identificada a interconexão e a confusão entre ativos e passivos entre esses, razão pela qual se conclui pela plausibilidade de concessão do requerimento de consolidação substancial, nos termos requeridos na exordial.*

Ao que tudo indica, portanto – pelo menos em cognição inicial, a consolidação substancial é o caminho a ser seguido para a recuperação do Grupo CALGARO. Segundo as análises realizadas, a administração é centralizada, há emprego do sistema de caixa único (utilizado para arcar com as operações e obrigações assumidas), há garantias cruzadas prestadas pelos requerentes e a estrutura adotada permite concluir pela interligação entre todos os integrantes.

**6.** Diante do exposto, estando presentes, ao menos em um exame formal, os requisitos legais, com base no art. 52 da Lei nº 11.101/05, **DEFIRO o processamento da recuperação judicial das empresas**

**7. Nomeio, como Administrador Judicial das Recuperandas, a pessoa jurídica MARQUES ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, com CNPJ Nº 07.166.865/0001-71, representada pelo Dr. MARCIO ROBERTO MARQUES, OAB/PR nº 65.066,** que deverá prestar compromisso, até quarta-feira próxima (05/04/2023), e, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar o primeiro relatório e proposta de remuneração, tendo por base a amplitude das atividades empresariais das Recuperandas, sua importância social, duração das empresas integrantes do aventado Grupo Econômico, porte econômico das empresas, assim também o volume do ativo e do passivo declarados. Autorizo a intimação via e-mail.

**7.1.** Os relatórios mensais deverão ser instruídos com fotografias dos estabelecimentos, incluindo maquinário e estoque, com o administrador judicial presente, e deverão constar informações a respeito da existência das atividades, número de empregados em exercício, demissões no período, pagamentos de verbas trabalhistas e rescisórias, recolhimento de impostos e encargos sociais. Também deverá ser objeto de exame, em cada relatório, a movimentação financeira das recuperandas, a fim de que se verifique eventual ocorrência de hipótese prevista no art. 64 da LRF.

**7.2.** Quanto aos relatórios, deverá o administrador judicial protocolar o primeiro relatório na forma de Incidente à recuperação judicial, separado dos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado.

**8.** Determino que as Recuperandas apresentem, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Plano de Recuperação Judicial, de modo a ser concreto e objetivamente viável, fundamentado e documentado, para soerguimento das empresas, sob pena de convalidação em falência, nos termos do art. 53 da LRF.

**9.** Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da LFR, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções, devendo as recuperandas providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico, bem como o recolhimento das custas para publicação.

**10.** Determino apresentação de contas demonstrativas, claras e objetivas, a serem organizadas pelas recuperandas até o dia 30 de cada mês, sendo que o primeiro



demonstrativo mensal deverá ser protocolado como Incidente à recuperação judicial, separado dos autos principais, e os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado. Cabe às recuperandas disponibilizar mensalmente ao Administrador Judicial os extratos de movimentação de todas as contas bancárias e os documentos de recolhimentos de impostos, encargos sociais, e verbas trabalhistas para verificação regular, conforme o art. 64 da LRF.

**11.** Suspendo as ações e execuções contra as recuperandas, e o curso dos prazos prescricionais, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mantendo os autos nos Juízos onde se processam, ressalvadas as disposições dos §§ 1º, 2º, e 7º do art. 6º, §§ 3º e 4º do art. 49 e inc. III do art. 52 da LRF. Caberá às recuperandas a comunicação da suspensão aos Juízos e instituições destinatárias de ordens judiciais em favor de credores sujeitos à recuperação. Servirá cópia desta decisão como ofício.

**12.** Via de consequência, revogo a tutela de urgência cautelar deferida anteriormente, tendo em vista que, com o deferimento do processamento da recuperação judicial, tem início o *stay period*, sendo desnecessária a manutenção da medida liminar.

**13.** Dispensar apresentação de certidões negativas para que as recuperandas continuem a exercer suas atividades, ressalvando-se exceções legais, como previsto no inc. II do art. 52 da LRF.

**14.** Expeça-se comunicação, por carta, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que a devedora tiver estabelecimentos e filiais (LRF, art. 52, V), providenciando as recuperandas o encaminhamento.

**15.** Determino a intimação da Junta Comercial do Paraná, com cópia da decisão, para anotação do processamento de recuperação judicial, e que as Recuperandas repercutam a comunicação em até três dias à Junta Comercial de outros Estados onde possuam estabelecimentos.

**16.** Determino a expedição de Edital, na forma do § 1º do art. 52 da LRF, com prazo de 15 dias para habilitações ou divergências, que deverão ser apresentadas diretamente ao Administrador Judicial, na sede ou endereço eletrônico supra (o qual também deverá constar do Edital).

**17.** Determino que as Recuperandas apresentem a minuta do Edital até a próxima quarta-feira, em arquivo eletrônico. Caberá à Serventia cotar a despesa com publicação do Edital, intimando por telefone algum dos Advogados das recuperandas para recolhimento em 24 horas. No mesmo ato deverá ser intimado o Advogado para a publicação do Edital em jornal de grande circulação na mesma data em que for programada a publicação em órgão oficial.

**18.** Eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados pela devedora (art. 7º, § 2º), que têm de ser apresentadas no prazo de 15 dias e que são dirigidas ao administrador judicial, deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao administrador judicial, através de e-mail criado especificamente para este fim e informado no edital a ser publicado, conforme item 9 acima.

**19.** Publicada a relação de credores apresentada pelo administrador judicial (art. 7º, § 2º), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas, individualmente, como Incidentes à recuperação judicial, separados dos autos principais (art. 8º, parágrafo único).

**20.** Defiro a habilitação de advogados de credores nos autos, mediante juntada de petição e procuração, para mero acompanhamento dos atos processuais, mas devem se atentar ao disposto nos itens “17” e “18” acima, no intuito de evitar tumulto processual.



**21.** Quanto aos prazos, surge a dúvida, se devem ser contados em dias úteis ou corridos. O Superior Tribunal de Justiça apreciou a matéria referente ao *stay period* no julgamento do REsp 1.699.528/MG, relatado pelo Ministro Luís Felipe Salomão, a 4ª Turma entendeu que o NCPC não alterou a forma de computar os prazos processuais no âmbito da recuperação judicial, prevalecendo a incidência da forma de contagem definida pelo microsistema da Lei 11.101/2005. Ficou estabelecido, portanto, que a aplicação do novo diploma “deve ter cunho eminentemente excepcional, incidindo tão somente de forma subsidiária e supletiva, desde que se constate evidente compatibilidade com a natureza e o espírito do procedimento especial, dando-se sempre prevalência às regras e aos princípios específicos da LRF e com vistas a atender o desígnio da norma-princípio disposta no art. 47”. Restou afastada, portanto, a incidência da contagem de prazos em dias úteis, reconhecendo o cômputo em dias corridos. Assim, seguindo a orientação da Corte, declaro que os prazos serão contados em dias corridos.

**22.** No mais, decreto o segredo de justiça quanto à relação de empregados e à relação dos bens particulares dos acionistas, sócios controladores e administradores das recuperandas. Embora deva ser garantida a publicidade e a ampla informação aos credores, a divulgação dos referidos documentos poderia violar, de modo injustificado, a intimidade dos ali indicados. O acesso será permitido ao Administrador Judicial e ao Ministério Público. O acesso aos credores será facultado se devidamente fundamentado, conforme apreciação judicial.

**23.** Intimem-se, inclusive o Ministério Público.

Demais diligências necessárias.

**Mangueirinha, datado e assinado digitalmente.**

**Carolina Valiati da Rosa**

**Juíza de Direito**

---

[1] Cf. TJMT, AI 0100923-66.2014.8.11.0000.

[2] GERBASI, Thiago Soares. *A controversa recuperação judicial do produtor rural*. Consultor Jurídico. 27.jan.18. Disponível em: . Acesso em: 22.03.18.

[3] BEZERRA FILHO, Manoel Justino. *A recuperação judicial do empresário rural*. Valor Econômico. 23.mar.19. Disponível em: . Acesso em: 02.abril.19.

[4] *Ibidem*.

[5] Cf. TJSP, AI 2.037.064-59.2013.8.26.0000; TJSP, AI 2.048.349-10.2017.8.26.0000; TJSP, AI 2.251.128- 51.2017.8.26.0000; STJ, AREsp 896.041; STJ, REsp 1.478.001; TJPR, AI 0001247-34.2019.8.16.0000.

[6] A consolidação processual exige que “a votação do plano, ainda que programada para ocorrer em assembleias convocadas para a mesma data, é feita de forma separada e em respeito à separação jurídica existente entre as sociedades do grupo. Os credores de cada devedora se reunirão e, em observância às classes e aos quoruns previstos na LRE, deliberarão sobre o plano. O resultado do conclave será, portanto, apurado com relação a cada uma das devedoras” (CEREZETTI, Sheila C. Neder., *Grupos de sociedades e recuperação judicial: o indispensável encontro entre Direitos Societário, Processual e Concursal*, in *Processo Societário II* - Flávio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira coord., São Paulo, Quartier Latin, 2015, p. 763).



[7] COELHO, Fábio Ulhoa. *Comentários à Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. 3. ed. e-book. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

